

BRASIL-ÁFRICA

HERANÇA CULTURAL E INTERCULTURALIDADE



Debates do Seminário de Lançamento da
da Edição em português da Coleção da UNESCO

História Geral da África

em Salvador, Bahia, 4 de abril de 2011

ELISA RODRIGUES SILVA

VALDINEIA SANTANA

Representação da UNESCO no Brasil

Ministério da Educação do Brasil

Universidade Federal de São Carlos

Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

© UNESCO 2012. Todos os direitos reservados.

BR/2012/PI/H/6

Revisão técnica: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão gramatical e ortográfica: Reinaldo de Lima Reis

Revisão editorial: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Projeto gráfico e diagramação: Unidade de Comunicação Visual da Representação da UNESCO no Brasil



SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 2106-3697

Site: www.unesco.org/brasil

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

facebook.com/unesconarede

twitter: [@unesco brasil](https://twitter.com/unesco brasil)

Os autores são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Sumário

Prefácio	1
Introdução	3
Primeiras palavras	3
1. História da África: Importância, Reconhecimento e Ressignificação	5
2. Interculturalidade: Construção de Histórias Cruzadas	7
3. Religião e Herança Cultural	10

Prefácio

A série "Debates e perspectivas para a institucionalização da Lei nº 10.639/2003", desenvolvida pelo Programa Brasil-África: História Cruzadas, tem como objetivo divulgar as contribuições realizadas pela UNESCO para implementar e institucionalizar a Lei nº 10.639, de 2003. A série se inicia com as discussões desenvolvidas no decorrer dos eventos de lançamento da edição em português da Coleção História Geral da África da UNESCO (referida como Coleção HGA), realizados no primeiro semestre de 2011. O lançamento da Coleção HGA é resultado da parceria da Representação da UNESCO no Brasil com o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos, no escopo do Programa Brasil-África: História Cruzadas. Nas diferentes regiões do país, a Representação da UNESCO no Brasil estabeleceu parcerias com renomadas Universidades para o lançamento da obra. Os eventos contaram com a presença de expositores nacionais e internacionais, que potencializaram trocas de experiências e discutiram, de forma profunda, temas de história e cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais.

Essas discussões possibilitaram um mapeamento de necessidades e perspectivas para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação sobre relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira no sistema da educação básica do país e, ainda, foram apresentadas possibilidades de uso da Coleção HGA como um subsídio para a sua efetivação. O público, composto por pesquisadores, representantes de movimentos sociais, professores e alunos do ensino superior e da educação básica, teve a oportunidade de participar ativamente, trazendo contribuições importantes para as reflexões em pauta. A série é composta pelos seguintes documentos:

- Relatórios dos debates ocorridos durante os eventos de lançamento da Coleção HGA realizados em vários estados das regiões do Brasil, exceto a região Sul. Os conteúdos dos relatórios são compostos por falas e discussões sobre temas relacionados à institucionalização da Lei nº 10.639/2003.
- Vídeos com algumas das exposições realizadas por palestrantes nacionais e internacionais que participaram das mesas de debates.
- Fotos das mesas de abertura, mesas de debates e públicos presentes nos eventos de lançamento da Coleção HGA.

Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Introdução

A UNESCO no Brasil, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), promoveu o lançamento da edição em português da Coleção História Geral da África. Os eventos de lançamento ocorreram nas cidades de Cachoeira (BA), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), entre março e abril de 2011, e reuniram pesquisadores africanos e brasileiros, bem como autoridades locais e regionais.

A Coleção História Geral da África (HGA) é um dos mais consistentes projetos editoriais da UNESCO. A Coleção completa foi publicada em árabe, francês e inglês, e versões condensadas foram editadas em várias línguas, inclusive hausa, peul e swahili. A obra conta com quase 10 mil páginas divididas em oito volumes e é resultado de pesquisas iniciadas desde 1964 por mais de 350 especialistas de diversas áreas do conhecimento e dirigida por um Comitê Científico Internacional composto por 39 intelectuais, de maioria africana.

Construída a partir da perspectiva do continente africano, a Coleção HGA encontra-se despida dos estereótipos e do olhar estrangeiro que por tanto tempo aprisionaram a África. Agora, tornou-se possível para todos que falam e compreendem a língua portuguesa vislumbrar a África sob um novo olhar: um olhar panorâmico, diacrônico e objetivo; que não resume a história da África ao tráfico de escravos e à pobreza; e que reconhece a formação de sociedades organizadas, e não de tribos. A obra constitui um poderoso instrumento para o reconhecimento do legado africano na história das civilizações e, nesse caso específico, para a formação identitária dos brasileiros.

Primeiras palavras

No dia quatro de abril de 2011 ocorreu o evento de lançamento da edição em português da Coleção da UNESCO História Geral da África, na Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador. O evento de lançamento foi marcado pela presença de autoridades políticas e de intelectuais nacionais e internacionais. A programação teve início com a sessão solene de lançamento da Coleção, em que estavam presentes, na composição da mesa de abertura, o governador do estado da Bahia, Jacques Wagner; a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; a magnífica reitora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dora Leal; o representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny; a superintendente de Promoção da Igualdade Racial, Vanda Sá; o vice-reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Pedro Manuel Galetti Junior; e o coordenador-geral da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Antônio Mário Ferreira.

A reitora da UFBA, Dora Leal, iniciou sua fala agradecendo a todos e reafirmando o compromisso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o seu estado de apoiar as pesquisas sobre afrodescendência. Além disso, ressaltou o importante papel do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA) como pioneiro dos estudos sobre a África e a Diáspora africana. Ressaltou, ainda, que a Coleção da UNESCO História Geral da África é um trabalho de fundamental importância para compreendermos o papel das civilizações africanas no mundo. Em seguida, o vice-reitor da UFSCar, Pedro Manuel Galetti Junior, falou da importância para a Universidade Federal de São Carlos de ter participado do projeto de tradução da Coleção História Geral da África e se pronunciou sobre a oportunidade de dar continuidade a esse projeto, na produção de materiais pedagógicos para a formação de professores em relação ao trabalho docente com a história e a cultura da África e dos africanos.

O coordenador-geral de Diversidade da Secadi/MEC, Antônio Mário Ferreira, expôs que é fundamental a publicação da Coleção HGA. Segundo ele, este é um momento de resgate de histórias e identidades, por meio da elaboração de materiais pedagógicos visando a implementar e institucionalizar a Lei nº 10.639/2003.

O representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, iniciou a sua explanação acentuando a importância da obra e da relação entre o continente africano e a Bahia. Segundo ele, a Coleção constitui uma referência internacional da história africana e foi desenvolvida por mais de 350 pesquisadores de vários países, e passou por um processo de validação de um Comitê Científico composto por dois terços de africanos. Defourny acrescentou ainda que a UNESCO quer contribuir para que a cultura seja o elemento fundamental de desenvolvimento no Brasil, e a Bahia tem a responsabilidade de avançar em relação às questões étnico-raciais por ser um estado com maioria da população negra. Em seguida, a Ministra Luiza Bairros chamou a atenção para as lutas dos movimentos negros que tiveram como foco principal as questões relacionadas à descendência africana e por ser o movimento social do Brasil que mais investiu em propostas para promoção da igualdade racial desde a resistência negra no período pré-abolição, passando pela fundação do Movimento Negro até os dias atuais. Nesse contexto, segundo ela, insere-se o surgimento dos blocos de carnaval afro de Salvador – como o Olodum e o Ilê Ayê – que possibilitaram às discussões acerca das questões raciais saírem do âmbito acadêmico e irem para as ruas. A ministra Luiza Bairros encerrou sua fala propondo aos educadores conduzirem a educação para outro patamar, pois não há mais desculpas para não levar as discussões étnicas para a sala de aula.

O governador Jacques Wagner foi o último a expor suas considerações sobre do evento. Agradeceu à UNESCO por fazer o lançamento da Coleção História Geral da África na Bahia e afirmou que “nos reconhecemos como a terra mais negra fora da África”. Em seguida, Wagner parabenizou os responsáveis pela determinação e obstinação em publicar em língua portuguesa a Coleção e ressaltou o esforço do presidente Lula que tantas vezes atravessou o Atlântico, estreitando, assim, relações com o continente africano. O governador criticou ainda “algumas cabeças retrógradas” que perpetuam a discriminação, principalmente religiosa. O chefe de

estado da Bahia propôs o desafio de transformar a Coleção em material didático e afirmou o apoio que o governo procura dar às questões da cultura afrodescendente por meio de tombamentos materiais e imateriais e de trabalhos com os remanescentes de quilombos. Considerou ainda o momento como uma celebração que constitui fonte de energia para outras conquistas. Com as intervenções do governador Jacques Wagner, encerrou-se a sessão solene de lançamento da Coleção História Geral da África.

1. História da África: Importância, Reconhecimento e Ressignificação

Após a sessão solene foi formada a mesa intitulada História da África: Importância, Reconhecimento e Ressignificação, coordenada pelo representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, e composta por Valter Roberto Silvério (UFSCar), Doulaye Konate (presidente da Associação de Historiadores Africanos) e Valdemir Donizette Zamparoni (CEAO/UFBA). Vincent Defourny, após as saudações e agradecimentos, sugeriu que os palestrantes respondessem às seguintes questões: como é possível viabilizar o estreitamento das relações entre Brasil e África e qual a contribuição da Coleção para outras áreas do conhecimento?

1.1 Doulaye Konate

O historiador malinês iniciou sua mensagem homenageando os autores da obra monumental que estava sendo lançada no evento. Muitos desses autores, frisou, já não estão mais vivos. Ao longo da sua exposição, Konate afirmou que a Coleção História Geral da África é uma obra com bases científicas e veio consagrar outra perspectiva a respeito do continente africano. Também destacou o uso das tradições orais para a construção da Coleção e salientou que a África tem muitos escritos antigos, embora os europeus argumentassem que não havia escrita africana para justificar sua suposta ausência de história. Segundo Konate, a HGA veio desconstruir as ideias difundidas pela historiografia colonial de que a África é um continente de povos dispersos e com futuros mais dispersos ainda.

Outro aspecto evidenciado pelo palestrante foi o caráter interdisciplinar da Coleção. Segundo ele, foi preciso reunir as disciplinas para, assim, entender a dinâmica da civilização africana. Referiu-se a aspectos de tal dinâmica, também mencionados por M'Bokolo no evento realizado em Cachoeira, em dois de abril de 2011, a saber: a primazia das civilizações africanas, a continuidade histórica, a capacidade de se reconstituir após os massacres da escravidão e da colonização.

1.2 Valdemir Zamparoni

O professor Valdemir Zamparoni relatou que, ao questionar os estudantes nas primeiras aulas da sua disciplina sobre quais palavras surgem no imaginário de cada um quando se fala da África, as respostas são geralmente miséria, fome, guerra etc. “Essa é uma imagem criada pelos europeus e que se perpetua nos meios midiáticos e é reproduzida pelo senso comum, disseminando assim o racismo contra os afrodescendentes”, incriminou. Valdemir Zamparoni reforçou que o Brasil criou uma “falsa amnésia cultural”, por não reconhecer a África como parte desse país – ela aparece apenas como apêndice da história europeia. E concluiu pela necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre a África, ao invés de transformá-la numa África mítica. Esse conhecimento é, de acordo com Zamparoni, o meio de superação do racismo.

1.3 Valter Roberto Silvério

Silvério salientou que apesar de haver o discurso da inexistência de raças, houve um processo de racialização, principalmente nas sociedades africanas. Ressaltou, também, aspectos relacionados à importância da Coleção da UNESCO no contexto brasileiro e o papel da organização em demonstrar, por meio de suas pesquisas, que o Brasil não havia equacionado o racismo, como se acreditava. Para ele, a publicação em português e a disponibilidade gratuita em forma virtual são um momento fundamental para a discussão da história da África e ajudam a estreitar a relação do Brasil com esse continente. “Essa publicação afirma a importância do continente africano e de seus povos na história da humanidade”. Além disso, o professor Silvério informou que a Coleção da UNESCO História Geral da África, com tão pouco tempo de disponibilidade no meio virtual (quatro meses) já tinha mais de cem mil *downloads*, o que significa que esse material estava sendo aguardado. Finalizando, o professor Valter Silvério propôs um desafio à comunidade negra para que o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que será discutido em breve, tenha a cara de um Brasil diverso e com suas bases negras.

1.4 Debates

Com o término das exposições dos palestrantes da mesa História da África: importância, reconhecimento e ressignificação, iniciou-se o debate. Foram levantadas as seguintes questões:

1. A professora de História da Educação da Faculdade de Educação questionou se os organizadores da Coleção História Geral da África levaram em consideração os quatro volumes publicados pela editora Ática na década de 1980. Além disso, a professora quis saber se é possível conseguir os volumes que ainda não possui.
2. O professor Jaime Sodré, da Universidade do Estado da Bahia, fez um apelo para que a universidade mencionada participe das contribuições a serem realizadas com base na Coleção.

3. Hédio Silva Jr. questionou se o roteiro da Coleção facilitaria ou edificaria a realização de uma história geral da diáspora.
4. O Presidente da Casa de Angola na Bahia indagou sobre que resposta dar à pergunta: África ou Áfricas? Questionou também se há diferenças culturais abaixo e acima da linha do Equador.

O presidente da Associação de Historiadores Africanos, Doulaye Konate, foi o primeiro a discorrer acerca dos questionamentos levantados. Ele explicou que, quando falou de unidade cultural, não foi no sentido de homogeneidade. A unidade, nesse contexto, transcende a diversidade. Não é necessário que a diversidade crie cisão. O que caracteriza a identidade do ser africano é o sentimento de pertença. O historiador afirmou ainda que a colonização não criou as etnias, mas as hierarquizou de forma rígida. De fato, as ideologias coloniais foram adotadas, houve africanos que venderam africanos, mas o que não se pode fazer, segundo Konate, é apagar a responsabilidade dos traficantes de escravos pelo fato de haver escravidão doméstica. O professor Valdemir Zamparoni acrescentou que não é demérito reconhecer a participação dos africanos no tráfico de escravos, o que não se pode fazer é reduzir os povos africanos a tais práticas.

O representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, acrescentou, para responder às questões levantadas a respeito da acessibilidade da Coleção, que ela estará disponível em bibliotecas e existe também uma versão em CD e na internet e, ainda, está em negociação uma edição comercial. Tomando a palavra, o professor Valter Silvério assinalou que, para a produção da versão completa em português, tentaram considerar os volumes publicados anteriormente pela Editora Ática, mas houve alguns problemas técnicos e linguísticos. Além disso, para a publicação em língua portuguesa, foi necessária uma atualização de informações, o que também foi considerado nas publicações anteriores. Além do mais, a atualização para a nova ortografia era também necessária para que se pudesse considerar a lei estabelecida recentemente entre países falantes de língua portuguesa. Silvério anunciou que a UNESCO está lançando volumes sobre a História da América Latina e aproveitou para fazer uma provocação sobre a necessidade de se construir um volume sobre o negro na América Latina, finalizando assim a discussão.

2. Interculturalidade: Construção de Histórias Cruzadas

A primeira mesa do período da tarde foi formada pelos seguintes especialistas: Ali Moussa Iye, diretor do Departamento de Diversidade Cultural da UNESCO; Ubiratan de Castro Araújo, diretor-geral da Fundação Pedro Calmon; Paula Barreto, diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA) e teve a coordenação da professora Florentina Souza, vice-diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

2.1 Ali Moussa Iye

Inicialmente, o palestrante salientou que Salvador é uma cidade que reflete um intercâmbio de culturas. Afirmou também que a Coleção da UNESCO História Geral da África aborda também a questão da diáspora. Moussa Iye destacou ainda que os intelectuais que produziram a Coleção fizeram um trabalho exaustivo, pois tiveram a visão colonial como base da história do continente e conseguiram transcender esse modelo.

Em sua fala, homenageou o governo brasileiro pela promulgação da Lei nº 10.639/2003, pois além do Brasil não há outro país que conseguiu integrar a história da África no currículo escolar. Segundo ele, a Coleção História Geral da África é uma resposta científica e intelectual ao passado de ignorância sobre o continente africano, e tem como objetivos contribuir para renovar o ensino de história da África e reforçar as identidades.

O diretor Moussa Iye declarou que é preciso se concentrar na utilização pedagógica da Coleção da UNESCO – sem esquecer as atualizações necessárias. Segundo ele, esse trabalho deve ser empreendido pelos professores, diretores de filme, de teatro, pela música e pelo meio midiático em geral. O palestrante assinalou que, se em outro momento a história retirou a humanidade dos povos africanos, foi também por meio dela que esse continente conseguiu recuperar a confiança em si mesmo. O palestrante encerrou sua fala citando o projeto Rota do Escravo, que procurou contribuir para a construção de um novo significado sobre a África e analisar o destino dos povos africanos e afrodescendentes.

2.2 Ubiratan de Castro Araújo

O professor Ubiratan de Castro Araújo aproveitou o momento para reforçar o convite para que o próximo encontro do projeto Rota do Escravo seja na Bahia. Tal projeto foi aprovado pela UNESCO em 1993 e tem como ação central o programa científico sobre o comércio negreiro e a escravidão. O presidente da Fundação Pedro Calmon chamou atenção para as relações que há entre o continente africano e o Brasil. Partindo desse pressuposto, segundo ele, não há como entender determinados fatos históricos ocorridos no território brasileiro sem antes entender a história da África. Ele defendeu que, sem Angola, não existiria o Brasil. É possível visualizar isso na continuidade que há das guerras angolanas nas guerras brasileiras. Por essa razão, questionou: como foi possível uma conexão político-cultural quando os contatos entre os africanos e os afro-brasileiros foram tão restritos? Os africanos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, a memória africana terminou constituindo a resistência brasileira contra a escravidão. Um exemplo são os registros que há sobre 46 insurreições de africanos no país.

Ubiratan de Castro Araújo expôs considerações sobre temas, tais como: o conceito de crioulo, o não resgate da identidade dos negros com o 13 de maio; a capoeira como um produto cultural bastante difundido no exterior e, por fim, a preocupação em efetivar a implementação da Lei nº 10.639/2003. O professor Araújo denomina crioulos os descendentes de africanos nascidos no Brasil e criados para serem escravos. Segundo o presidente da Fundação, a luta pela independência

da Bahia foi majoritariamente composta por soldados crioulos que formavam o batalhão de libertos da pátria. Apesar de o 13 de maio de 1888 – outorgado como o dia da libertação dos escravos – ter constituído o maior movimento brasileiro em favor da abolição, sendo formado por pessoas de todas as classes sociais, ele não garantiu o resgate da identidade africana, pois os negros libertos não foram inseridos na sociedade e, nos dias atuais, ainda carregam o estigma da escravidão. Assim, por medo de que a lembrança da data diluísse o que aconteceu depois da escravidão, elegeu-se Palmares como marco da consciência negra. A respeito da Lei nº 10.639/2003, o professor Araújo considera que a preocupação do movimento negro foi de elemento fundante para que a lei fosse promulgada, pois foi esse movimento que pressionou os órgãos públicos para que se criasse a referida lei.

2.3 Paula Barreto

A diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, Paula Barreto, informou que sua comunicação seria focalizada na aprovação da lei que obriga a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileiras no currículo escolar – a Lei nº 10.639/2003 – e as problemáticas enfrentadas para a efetivação dessa lei. Sobre esse aspecto, ressaltou a falta de material didático para atuar em sala de aula e ainda levantou o questionamento de como fazer para que esta Coleção atue com o intuito de ser aplicada para promover a igualdade racial. Ela destacou o empenho do CEAO/UFBA em produzir material didático e alcançar um número maior de pessoas em cursos ministrados por meio da Educação a Distância (EaD), com o objetivo de preparar professores para lidar com as temáticas da afrodescendência em sala de aula.

A diretora incitou ainda a necessidade de levar essas discussões para âmbitos maiores e também a necessidade de as universidades incluírem o tratamento das questões étnico-raciais em outras disciplinas, para a efetivação da interdisciplinaridade que, por sinal, corre o risco de desaparecer da Faculdade de Filosofia e Ciências Naturais da UFBA. Concluiu declarando que as pessoas tendem a considerar esse tema repetitivo, mas há muito ainda o que se fazer, pois essas políticas estão no começo e a jornada é muito longa. Propôs ainda o desenvolvimento de mais pesquisas sobre estudos africanos e o apoio a núcleos de estudos afro-brasileiros, que vêm se caracterizando por fragilidade institucional.

2.4 Debates

Finalizadas as comunicações dos palestrantes, o público fez as intervenções levantando as seguintes proposições¹:

1. Como alguns dos ouvintes que fizeram intervenções não disseram seu nome, a organização será feita por numeração da ordem de fala de cada um.

1. Por que os eurodescendentes não esquecem, ao contrário, se lembram perfeitamente das origens dos seus antepassados, e os afrodescendentes não o sabem, ou sabem genericamente, e só aqueles que são adeptos de religiões de matriz africana conhecem suas origens?
2. Propõe-se que haja uma versão em áudio para alcançar um maior número de pessoas e que também haja uma versão da Coleção em Braille para que os deficientes visuais tenham acesso aos seus conteúdos.

O diretor Ali Moussa Iye afirma que a resposta da primeira questão é evidente, pois se fez de tudo para que os africanos trazidos para o Brasil esquecessem suas origens. Primeiro, eles eram separados do seu grupo familiar para que não se encontrassem mais com o seu grupo de origem. Na religião, houve uma preservação da tradição e por isso é muito importante que todos saibam de onde vieram. Ubiratan de Castro Araújo complementou que, para entender o esquecimento das origens dos afrodescendentes, basta estudar a história da África. Os europeus foram trazidos com suas famílias e puderam construir a sua memória no Brasil. Os africanos, por outro lado, eram arrancados do seu continente e separados dos seus grupos de origem, pois deveriam servir de peça para serem vendidos. No entanto, eles fizeram algo monumental: reconstruir as suas identidades em outros territórios. Os africanos no Brasil constituíram um grupo com nível de solidariedade e com a utopia de voltar para a sua terra de origem. Mais do que etnias, eles constituíram nações.

3. Religião e Herança Cultural

A mesa Religião e Herança Cultural foi composta por Jean-Michel Tali, membro do Comitê Científico da UNESCO para o Uso Pedagógico da Coleção da UNESCO História Geral da África; Vilson Caetano de Souza Junior, professor da Universidade Federal da Bahia e fundador do Núcleo de Referências e Estudos Afro-brasileiros (NUREAB); Wanda Machado, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; e coordenada por Nilo Rosa dos Santos, presidente da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia, com comentários de Hédio Silva Jr., do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.

3.1 Jean-Michel Tali

O primeiro palestrante fez considerações acerca da importância da Lei nº 10.639/2003 que, segundo ele, é importante não só para o Brasil, pois ela dará uma nova guinada na história da África. Ele relatou fatos envolvendo crenças religiosas ocorridos em territórios africanos que demonstram o caráter de resistência desse povo mesmo em sistemas intolerantes. Ainda após a cristianização na África, há registros de africanos que tentaram abrir seus territórios para a africanização. Tal caráter é reforçado atualmente, pois apesar da tentativa de apagamento das

religiões de matiz africana, elas ainda constituem um aspecto fundamental da resistência cultural do povo afrodescendente. Assim, Jean-Michel Tali finalizou sua fala considerando a existência de um desafio: impedir a retirada, tanto no Brasil quanto na África, de tradições culturais.

3.2 Vilson Caetano Souza Junior

O professor pontuou que a religião é um tema difícil de ser enfrentado no dia a dia, pois os(as) negro(as) ainda são estigmatizados por sua crença religiosa pautada em matrizes africanas. Segundo ele, ainda há uma resistência em reconhecer as religiões afrodescendentes como parte de uma herança cultural. O professor Sousa Junior propõe o desafio de acabar com os estereótipos que difundem a ideia de uma escrita única e, assim, perpetuam a imagem da África como um continente desprovido de texto escrito, porque, quando se pensa em escrita, considera-se apenas a escrita ocidental, porém modelos distintos de escrita foram já encontrados em outras sociedades. E ainda acrescentou que refletir sobre religião e herança cultural é um desafio para as comunidades negras, que devem procurar desconstruir estereótipos difundidos no decorrer da história referentes à demonização das religiões de matriz africana e à desvalorização da cultura afrodescendente.

3.3 Wanda Machado

Com um texto poético e atravessado por referências e analogias a elementos culturais e religiosos da tradição africana, Wanda Machado iniciou sua comunicação. A professora começou expondo as dificuldades enfrentadas para transitar em diversos espaços por conta da sua identidade de mulher negra e adepta de uma religião de matriz africana. Ela pontuou que a cultura negra foi entendida como oposto do bem, mas as religiões de matriz africana se sustentam no autoconhecimento e respeito do outro, elas se baseiam na convivência, na solidariedade e na consciência histórica. Assinalou, ainda, que essa cultura trava uma luta singular por meio da dança e da música; e propôs que os professores educassem para as relações étnico-raciais por meio da cultura.

3.4 Hédio Silva Junior

O professor Hédio Silva Jr., antes de expor a sua comunicação, pontuou que suas considerações seriam a partir da perspectiva de um advogado. Em seguida, colocou as seguintes perguntas: como a educação pode atuar de modo que as crianças cresçam valorizando a diversidade religiosa? Qual o papel do Estado? Esboçou ainda uma crítica às religiões de base judaico-cristã que, segundo ele, têm uma narrativa que associa todos os males da humanidade ao “encosto” – em referência às manifestações religiosas de matriz africana – e encaram o outro/diferente como o mal que deve ser eliminado. O advogado chamou atenção para o fato de que o pluralismo é assegurado pela constituição, que todos os grupos têm características diferenciadas

e que essas devem ser respeitadas. O pluralismo é um valor central, está ligado ao diferente e não presume um padrão ou modelo.

Silva Jr. também alertou para o sentido da palavra *tolerância* que se encontra na expressão “tolerância religiosa”. Embora a tolerância seja o sustentáculo, o pilar dos direitos humanos, para ele, essa terminação pressupõe um padrão que limita o que deve ser respeitado e o que não deve. Por isso, essa palavra precisa ser substituída por *respeito*. Ele encerrou afirmando que se deve querer mais do que igualdade de direitos, deve-se reivindicar a não racialização da sociedade.

3.5 Debates

Após as considerações dos palestrantes, as discussões foram abertas ao público, que levantou a seguinte questão:

- O professor Jaime Sodré afirmou que o candomblé tem uma tendência ao acolhimento. Como se dá, no ambiente africano, o acolhimento dos homossexuais?

Jean-Michel Tali respondeu que em alguns países africanos a homossexualidade tornou-se um tabu, e isso ocasionou uma série de perseguições. Nesse contexto, o homossexual passa a não ser muito funcional. Segundo ele, essa intolerância é recente e faz parte da vida urbana ligada à Igreja, não às religiões africanas.